



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA DE 28 DE SETEMBRO DE 2018

----- No dia vinte e oito do mês de setembro do ano de dois mil e dezoito reuniu-se no Salão Nobre dos Paços do Concelho, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Lousada. A Mesa foi constituída pelo presidente da Assembleia Jorge Magalhães e secretariada por Maria de Lurdes Castro e José Bernardino Nogueira com a seguinte ordem de trabalho:-----

-----1 - Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município; -----

-----2 - Regime excecional de pagamento de dívidas ao Município de Lousada - Prolongamento; -----

-----3 - Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – "Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos; ----

----- 4 – Adesão do Município de Lousada à Associação Europeia sem fins lucrativos "SOLIDA" - Rede de Cidades Solidárias; -----

----- 5 - Designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 2º Grau para a Divisão de Ação Social, Juventude, Atividades Económicas e Turismo; -----

----- 6 - Acordo de execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Lousada e a Freguesia de Aveleda para o alargamento da Rua de Santo Ovídio (Aveleda), bem como a repartição de encargos por dois anos económicos 2018 e 2019; -----

----- 7 – Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Cernadelo, São Miguel e Santa Margarida - “Construção da Capela Mortuária de Santa Margarida”; -----

----- 8 - Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 1.º Semestre 2018 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. Sociedade Unipessoal, Lda. -----

----- Com a sessão marcada para as vinte e uma horas, não havendo quórum, procedeu-se à chamada às vinte e uma horas e trinta minutos tendo respondido à chamada: Júlia Maria Ribeiro, Maria de Lurdes Castro, António José Mendes, José Bernardino Nogueira, Maria Cândida Novais, João Carlos Correia, António Filipe Barbosa, Sandra Maria Teixeira, João Carlos Fonseca, Ricardo Bessa Marques, Eduarda Filipa Ferreira, Alexandra de Fátima Bessa, Maria do Céu Vieira da Rocha, José Manuel Gonçalves, Luís Filipe Oliveira, Jorge Manuel Furtado, Cidália de Lurdes Neto, José Jesus de Martins, presidente da Junta de Freguesia de Aveleda,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Adão António Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Caíde de Rei, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares, Paulo Abílio Santos presidente da Junta de Freguesia de Macieira, Carlos Pedro Teixeira Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Meinedo, José Martins Ferreira presidente da Junta de Freguesia de Nevogilde, Sílvia Marlene Ferreira Moreira em representação de Diogo Agostinho Aires presidente da Junta de Freguesia de Sousela, António Fernando Silva, presidente da Junta de Vilar do Torno e Alentém, Eduardo António Sousa e Castro Taveira, presidente da Junta de Freguesia de Cernadelo e Lousada (São Miguel e Santa Margarida), Moisés Dias Ribeiro em representação de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem, João Fernando Pinto Magalhães, presidente da Junta de Freguesia de Figueiras e Covas, José Oliveira Nunes, presidente de Junta de Freguesia de Nespereira e Casais, Fausto Manuel da Costa Oliveira presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga e Jorge Manuel Fernandes Malheiro de Magalhães, num total de trinta e dois membros. Estiveram também presentes o senhor presidente da Câmara Pedro Machado e os senhores vereadores Leonel Vieira, Manuel António Nunes, Cristóvão Simão Ribeiro, Cristina Moreira, Sandra Maria Silva e António Augusto Silva.----

----- O presidente da Mesa declarou aberta a sessão -----

----- PERIODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA -----

----- O presidente da Mesa começou por informar que: Moisés Dias Ribeiro como representante legal de Eduardo Augusto Vilar Barbosa, presidente da Junta de Freguesia de Cristelos, Boim e Ordem e Sílvia Marlene Ferreira Moreira como representante legal de Diogo Agostinho Aires, presidente da Junta de Freguesia de Sousela. -----

----- De seguida foi posta à discussão a ata da sessão ordinária de vinte e nove de junho de dois mil e dezoito. -----

----- Não tendo havido intervenção por parte dos membros desta Assembleia, passou-se de seguida à votação da ata, que foi aprovada por trinta e um votos a favor e uma abstenção do seguinte membro: Luís Filipe Oliveira. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Eram vinte e uma horas e trinta e seis minutos quando deu entrada na Assembleia o seguinte membro: Maria José Meireles.-----

----- De seguida foi apresentada a proposta número sete do seguinte teor: “A Mesa da Assembleia Municipal de Lousada e os Grupos Municipais propõem um voto de pesar e um minuto de silêncio pelo falecimento da mãe do membro desta Assembleia, Armando Jorge Mota Moreira, presidente da Junta de Freguesia de Lodares” -----

----- Não havendo intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, a proposta número sete foi aprovada por unanimidade de trinta e três votos.-----

----- Seguiu-se o Período de Intervenção dos Grupos Municipais -----

----- Intervenção da Sra. Alexandra Bessa do Grupo Municipal do CDS-PP: «Boa noite, excelentíssimo senhor presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, excelentíssimo senhor presidente da Câmara Municipal e restantes vereadores, caros membros da Assembleia, caros representantes das Juntas de Freguesias, comunicação e público. Na Assembleia Municipal, de 22 de fevereiro do presente ano de 2018, foi aprovada a Moção, apresentada por nós, Grupo Municipal CDS-PP, sobre a Segurança Rodoviária do nosso concelho. Indagava, o senhor presidente a uma avaliação da atual realidade da segurança rodoviária, para tal sugeríamos a criação de um grupo de trabalho conjunto entre os técnicos da autarquia, com as Freguesias e o Comando Territorial da Guarda Nacional Republicana, com o objetivo de estudar estes problemas e apresentar as suas recomendações na Assembleia Municipal de setembro, que acontece hoje, para mitigarmos as atuais carências e implementar novos processos de gestão de segurança rodoviária para os lousadenses, sendo por uso de sinalética, iluminação, avaliação do estado atuais das passadeiras e do seu posicionamento. Peço-lhe, senhor presidente, que nos informe do atual ponto de situação. No entanto, tenho de partilhar a minha inquietação senhor presidente, embora não possa dizer com certeza que ao dia de hoje não existiu qualquer execução real na melhoria em todo o concelho, mas senhor presidente, é com tristeza que tomo como exemplo a passadeira que está aqui na lateral deste edifício, posicionada a onde estou, aqui na parte de fora. Essa passadeira, é uma passadeira pública que tem um fluxo grande de peões no período noturno e não tem qualquer iluminação e como sabe a sinalética atual não é suficiente. Este é um exemplo de perigo real,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

senhor presidente, porque é que nada foi feito?» -----

----- Intervenção da Sra. Cidália Neto do Grupo Municipal PPP-PSD:
«Boa Noite, senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhores vereadores, caros deputados, público. Estamos em setembro, setembro é um mês de recomeço, espero que as férias de todos tenham sido boas e recomeçamos um novo ano político. É um ano de recomeço em termos escolares, começou mais um ano escolar. Eu, quero congratular-me, com algumas medidas do Município, nomeadamente o prolongamento do horário da parte da manhã, que responde a um grande problema de muitas famílias e as atividades para o pré-escolar, que o ano passado, já existiu algumas, este ano há ainda mais, ainda bem, fico contente, responde a uma inquietação que já cá tinha manifestado. Espero que agora se prossiga esse trabalho no âmbito da educação, nomeadamente no que diz respeito a algumas escolas que precisam de obras, precisam de melhorar as suas infraestruturas físicas como o senhor vereador bem sabe, que já o disse, algumas delas não são da responsabilidade da autarquia, pelo menos para já. No entanto, penso que se mais não poder fazer, pelo menos em termos políticos poderá ajudar certamente a resolver algumas questões, portanto ficamos à espera. Setembro foi o mês da entrada em vigor de uma nova lei, a lei que proíbe o abate de animais nos Centros de Recolha, já aqui falamos nesse assunto. É um assunto recorrente, o senhor presidente já o disse, que por mais espaço que tenhamos no canil, nunca será suficiente, acredito que sim. Mas, se nada for feito, se não forem tomadas outras medidas, no sentido, nomeadamente a sensibilização para o não abandono e para a adoção, então estaremos cada vez piores. Apesar, de considerar que o governo revelou alguma irresponsabilidade ao aprovar uma lei e depois pôr as responsabilidades nos Municípios que terão que a pôr em prática sem muitas vezes terem recursos, é verdade. Que de facto apesar de eu partilhar do espírito da lei, considero que há aqui um empurrar das responsabilidades para os Municípios, poucas condições lhes foram dadas, a verdade é que sei que houve um fundo ao qual as Autarquias poderiam recorrer para melhoramento, nomeadamente das instalações dos canis, portanto da recolha dos animais. Julgo, que autarquia a este respeito não terá feito nenhuma candidatura, mas o senhor presidente dir-me-á se estiver errada. É de lamentar que realmente não tenha feito nada ou quase nada para se adaptar à nova lei. O certo, é que nós vamos ter realmente agora que nos adaptar. O que vai acontecer é que o canil não vai ter capacidade para receber animais e vamos ter uma situação grave ou poderemos ter uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

situação grave, eventualmente como o próprio Veterinário Municipal, já afirmou, que é: como consequência vamos ter um aumento dos animais errantes, com consequências para a saúde dos animais, provável aumento de atropelamento de animais e consequências para a saúde pública. O que seria preciso, de facto, é políticas de pedagogia social, sensibilização nas escolas e incentivos à adoção que não tenho visto nada, ao contrário do que já acontece em outros Municípios. Eu, pergunto-lhe para quando uma política efetiva de combate ao abandono dos animais e de incentivo à adoção?» -----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «Caríssimo senhor presidente da Assembleia, digníssimos secretários, senhor presidente da Câmara, digníssimos vereadores, senhores deputados, senhores presidentes de Junta e representantes, digníssimo público e comunicação social. Senhor presidente e senhores vereadores, em causa, venho aqui apresentar em nome da Bancada Parlamentar do PSD, a congratulação pela aprovação da candidatura Supra Municipal do Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar e que aqui vai ser apresentado, aqui em Lousada, no dia 01/10, para o qual penso que estamos todos convidados. Contudo, queremos que o senhor presidente nos situe hoje e aqui, qual o estado da arte da educação em Lousada? Questão que já lhe tinha colocado na reunião da Assembleia Municipal de junho, quando lhe solicitei os dados da monitorização e avaliação do Plano Estratégico Educativo Municipal, lançado publicamente em 2016 e que julgo por lapso se ter esquecido de resposta. Sim, senhor presidente qual o estado da arte da Educação em Lousada e do PEEM? Porquê? Visto que volvidos dois anos e tendo em conta que nas III Jornadas da Educação, resultou uma nota de imprensa do Município que passo a citar: o Plano Estratégico Educativo Municipal apresentado pelo Prof. Dr. Valdemar Castro Almeida, da Universidade Católica do Porto, ao qual foi encomendado um estudo aprovado em reunião de Câmara, no valor de dez mil euros e pelo Prof. António Augusto, vereador da Educação, decorre disto a seguinte nota: “*O PEEM surge no seguimento de uma aposta que tem sido feita por parte da autarquia na Educação e na qualificação do capital humano, tendo como intuito promover o incremento dos níveis de escolarização da população, o sucesso das aprendizagens e a capacidade para responder eficazmente aos desafios e oportunidades do mercado de trabalho. Desta forma, neste Plano a conceptualização não fica resumida apenas aos estabelecimentos de ensino e formação do município, mas a todas as entidades que contribuem, direta ou indiretamente, para os processos educativos*”.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Questiono então e que foi sempre apanágio desta autarquia o realçar das taxas residuais quer do abandono escolar, quer do insucesso, pese embora a taxa da saída precoce dos jovens dos dezoito aos vinte e quatro, tenha sido registada em 45,8%, enquanto a média nacional era à época de 23%, censos de 2011 e do Tâmega e Sousa de 54,4% como foi enquadrado o concelho de Lousada nesta Candidatura Supra Municipal, visto que, os dados do abandono e do insucesso estão diagnosticados como residuais. Analisando o ponto sete do PEEM, constata-se que foram elencadas as ameaças e os pontos fortes do concelho que resultou num plano de ação com eixos prioritários, onde se plasmava a articulação do dito plano estratégico com o plano nacional da promoção para o sucesso educativo. A parametrização destas metas e dos objetivos a atingir até 2018 estão plasmadas como compromisso desta autarquia. Estamos no final do ano de 2018. Onde se demonstra o compromisso de agir sobre as causas do insucesso, diminuir as taxas de retenção, em articulação com todas as entidades educativas envolvidas no projeto e que fizeram parte dos vários encontros dos vários grupos de trabalho. Dois mil e dezoito está a terminar, faltam três meses, logo em que ponto estará senhor presidente o processo de avaliação do projeto PEEM e seus resultados? Já foi criado o observatório da educação como compromisso até 2018. Se sim, quando e em que moldes? Se não, porquê? E, para quando, já agora? Voltando ao início da minha intervenção, justifica-se colocar a questão do estado da arte da educação e qual o enquadramento teórico ou prático de Lousada neste Projeto Supra Municipal de combate ao insucesso. Qual vai ser a verba alocada dos setecentos mil euros, para Lousada? Quantos técnicos vão ser contratados? Quais os projetos englobados na candidatura? Qual então foi a finalidade primeira e última do Plano Estratégico Educativo Municipal, que a autarquia contratualizou para diagnosticar e pôr em marcha um plano de ação com metas estipuladas para 2018 e outras para 2020. Nota de salvaguarda, eu Maria Cândida Novais, em várias reuniões de Câmara, no exercício do mandato anterior apresentei juntamente com os meus colegas vereadores, soluções, medidas políticas educativas que foram e estão plasmadas em ata, bem acolhidas pelos senhor vereador da educação e pelo senhor presidente, cinco anos depois não vejo que fossem levadas a sério, nomeadamente criação de escolas profissionais na área da robótica, da mecânica, TESP'S, cursos superiores, médios com ligação à academia e à indústria, cursos EFA-PRO para adultos com ligação ao setor social, por exemplo, projetos iniciados no Agrupamento de Lousada Centro foram criados nomeadamente filosofia com crianças, o projeto da robótica e que foram implementados há dois anos. Esses projetos, nomeadamente filosofia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com crianças, foi um projeto que teve a durabilidade de um ano e não foi avançado, porque foi nos dados a conhecer que esta Autarquia tinha contratualizado uma pessoa, uma profissional para abranger as escolas do Município. Assim, vejo agora mais uma vez um anúncio, anúncio esse que julgo voltar a ser para valorizarmos ou para ficar e cair em saco roto. Como ficamos, é para levar a sério as vossas deliberações em ata ou são só meros programas eleitoralistas para que os lousadenses consumam, votem em vocês e depois fica na gaveta. Em Lousada tudo que é projeto que não tenha a chancela da autarquia, dificilmente vinga, quando tem a vossa iniciativa, tarda ou nunca se implementa. Estarei errada, sei que não estou, a narrativa é sempre a mesma, quando for possível será concretizado, compromisso de promessas está o povo cheio. É preciso compromisso e eu acreditei quando em ata e em reuniões de Assembleia Municipal, me foi provado que as propostas do PSD, que eram válidas, que eram cabimentadas por vocês tinham a vossa anuência. Chegado aqui vejo que estou confrontada com um plano Supra Municipal bem-vindo, porque tudo que seja Supra Municipal tem mais poder em termos de candidaturas europeus, nós bem sabemos, Aos programas, contudo como é que se coaduna os objetivos, as metas a eficácia do Plano Estratégico Educativo Municipal e se justifica agora um plano para o sucesso e a inovação. Outra questão que quero colocar tem que ver com o estado da iluminação pública. Mais de um ano passado sobre a cobertura integral do concelho em maio de 2017 e com as conclusões da eficiência energética reduzindo para 60% o valor da fatura do Município com a iluminação pública, pergunto o que fez a Câmara com os 40% restantes? Porque existem ainda zonas e ruas mal iluminadas, tendo havido o compromisso senhor presidente de câmara que rapidamente iriam ser revisitadas e revistos os locais e recolocarem iluminaria necessária garantido assim também a segurança rodoviária e a dos peões. Eu não vou aqui elencar as ruas que têm falta de luz, mas estão aqui os senhores presidentes de Junta quer do PS, quer do PSD e facilmente podem fazer esse levantamento. A poupança foi de novecentos mil euros disse o senhor presidente, eu gostava de saber o que pretende fazer com essa poupança e porquê ainda não estão as luminárias completamente reposicionadas.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente, boa noite, restante Mesa, senhor presidente da Câmara Municipal, senhores Vereadores, senhores Deputados, Público. Iniciou o novo ano letivo, a educação é um tema que me é muito presente, faz parte das minhas alegrias e preocupações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Acredito que a senhora deputada Cândida Novais, por força de provavelmente de não estar nas Reuniões de Câmara tão frequentemente como antigamente e de não ter tido a possibilidade de indagar sobre os números, não posso dizer, mas falou aqui por exemplo em TESP's, EFA-PRO e posso dizer-lhe que ao serviço de uma instituição, hoje, em parceria com o Instituto de Emprego e Formação Profissional que bem conhece, fez a divulgação de um EFA-PRO. Estas são as ofertas que tem vindo a ser oferecidas, quer pelo Instituto em parceria com o Município, quer com o Centro Qualifica da Secundária de Lousada, quer em parceria com outros centros de formação aqui vizinhos. Posso dizer-lhe que encaminhei uma série de pessoas para entidades, nomeadamente a ATEC, para cursos de especialização tecnológica de robótica, automatização industrial, mecatrónica automóvel e foi dito e é claramente conhecido que é objetivo deste Município trazer para mais próximo este tipo de ofertas. O nosso mercado de trabalho é essencialmente têxtil. Ultimamente aquilo que mais assistimos é uma procura incessante de formar pessoas na área têxtil porque nós sabemos que os nossos empresários pretendem pessoas qualificadas. E, hoje em dia, é muito difícil conseguir pessoas qualificadas. Esta aproximação ao ensino profissional que diz ter sido descurado, não acontece. Tem sido recorrente, pois só no último mês fiz a divulgação de dois cursos EFA de cariz profissional, quer para jovens, quer para adultos, esta é uma aposta constante. Certamente, sobre os números ser-lhe-á dito por quem conhece pelos estudos que foram realizados. Mas tenha presente que muito tem sido feito.» -----

----- Eram vinte e uma horas e quarenta minutos quando deram entrada na Assembleia os seguintes membros: Elisa Maria Mesquita Pinto presidente da Junta de Freguesia de Torno e Antero de Sousa Correia. -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «O que não tem a chancela da câmara não se faz e o que tem a chancela da câmara nunca se realiza, há trinta anos atrás, certamente. Acho que ninguém das pessoas que estão aqui acredita naquilo que a senhora Dra. aqui disse... Ainda há tempos estive na “Festa das Francesinhas”, organizada por um grupo de cidadãos com a chancela da câmara e quanto sei foi um sucesso absoluto. Estou a citar um em muitos num ano inteiro, provavelmente estará deslocada no espaço e no tempo. É algo a que já estamos habituados. Hoje o que me traz aqui é um tema muito sério, já falei aqui algumas vezes, tenho pena que a comunicação social, não fale nisto, tenho pena que nós lousadenses sejamos considerados “*lopras a comer em*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

molho de cebolada”, mas isto é muito importante. Há dez, onze anos atrás escrevi um artigo a criticar a Guarda Nacional Republicana, no nosso concelho. Aquilo que resultou desse artigo foi, essa entidade questionar, quem é que” *“é o puto*”, foi a resposta que houve. Entretanto, sei que a Juventude Socialista e sei que outras pessoas andaram a tentar ver o que é que podia ser feito, imagino também a câmara no sentido de melhorar aquilo que é a GNR em Lousada. E, volvidos pelo menos dez anos sobre falarmos nisso e já é recorrente falar disso nesta Assembleia, em Lousada a GNR, não existe. A criminalidade está aumentar, foi público, há três semanas, um contrterrâneo nosso, que já aqui esteve nesta Assembleia foi vítima de violência grave, patrulhas da GNR em Lousada, é mentira, eu não vejo. E, pergunta muita gente quando é que foi a última vez que viu um jipe da GNR, é mentira. O sentimento de insegurança está aumentar. Acontecem acidentes mais ou menos graves tem de se esperar duas horas, porque a patrulha está do outro lado do concelho, noutra ocorrência, pelos vistos, só tem um jipe. E, portanto num concelho que está a ganhar relevância com novas vias de acesso, que vai começar a receber cada vez mais população, em virtude de sermos uma área periférica do Porto. E, o Porto estar a perder população por via do aumento imobiliário, esta é uma preocupação fundamental. E, portanto não está cá a comunicação social, mas apelo à nossa comunicação social, apelo ao nosso executivo, apelo a todos os cidadãos, que está na hora de fazer alguma coisa. A GNR aqui é uma dependência de Felgueiras, estão sempre a mudar, pior que ninguém daqui tenha a infelicidade de ter ir lá bater à porta, porque em termos de capital humano, aqui em Lousada da Guarda Nacional Republicana, é de *“abronho*” para baixo e digo isto porque sei o que é ir lá tentar apresentar uma queixa-crime e sabem qual é a resposta? Eu dou-vos respostas que já me deram: *“Doutor, justiça de Fafe. Doutor escreva você. Doutor vou entrar hoje de férias, só falta dez minutos para o meu turno acabar, não quer cá passar mais logo*”. Meus senhores, isto acontece aos nossos representados. E, não é preciso ir muito longe para vos dizer que temos tido casos de violência doméstica, graves aqui no nosso concelho com mortes. Temos tido casos de assaltos graves, com feridos. Temos tido casos de acidentes rodoviários graves. E, a questão da segurança, é uma questão premente. Eu posso vos dizer que em Alvarenga, as pessoas falam disto todos os dias, está tudo com medo, é uma terra pacata, as pessoas deixavam as chaves no carro, deixam as portas abertas. E, portanto alguma coisa tem que ser feita, no sentido de começar haver presença da polícia. E, portanto apelo a todos, aos senhores presidentes de Junta, no âmbito das suas competências, das sua tarefas, ao executivo camarário, a todos nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

enquanto agentes políticos e começemos a chamar atenção para esta situação grave, muito grave, que é cada vez mais, por culpa se calhar da Administração Direta do Estado, um pilar básico do Estado, que é a segurança, que está a ser descurado no nosso concelho. E, aqui fica o meu apelo pessoal como é óbvio não falo em nome da minha bancada e neste caso estou a falar a título pessoal, porque sinto que o problema da segurança, problema que neste momento afeta e muito a vida dos lousadenses.» -----

----- Intervenção da Sra. Cândida Novais do Grupo Municipal PPD-PSD: «Caríssima deputada, Maria do Céu, agradeço-lhe a informação. Na minha boca, julgo não ter pronunciado nenhuma depreciação em relação nem ao seu trabalho, nem ao nosso trabalho do Centro Qualifica. Quanto ao EFA'PROS, estamos esclarecidos e eu já percebi. Eu estava a falar em projetos, caríssimo deputado, projetos enquadrados em uma intervenção sobre a educação. Reconheço, que uma boa francesinha faz parte também de alimentar o ego e de alimentar a alma, mas não era propriamente nesse contexto que me estava a referir, estava a falar de projetos educativos e de projetos ligados à educação. Maria do Céu, obrigada pelo seu contributo e a sua informação, sendo que a minha referência e a minha vinda aqui tem a ver com o reconhecimento que foi dado às nossas posturas e aos nossos pedidos de intervenção, se caíram em “saco roto”, eu só gostava de saber o porquê?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Boa noite. Começando pela resposta à intervenção da Dra. Alexandra Bessa. Nós tivemos a oportunidade de reunir esta semana, para fazer um ponto de situação sobre os trabalhos subsequentes à moção que foi aqui apresentada em tempos e tivemos oportunidade de fazer um balanço e dizer qual é o estado da arte. Nós pedimos aos senhores presidentes de Junta informações sobre a caracterização de cada uma das passadeiras, para perceber e envolver os senhores presidentes de Junta, neste trabalho, de saber exatamente quantas passadeiras é que temos, o estado da sinalização horizontal, vertical, as condições de visibilidade. Julgo que pedimos para que informassem até ao final deste mês. A perceção que temos é que há cerca de cem passadeiras que não deviam sequer existir, porque quando se coloca uma passadeira na estrada temos que ponderar muito bem, se o tráfego existente o justifica, se as condições de segurança o justificam, sob pena de pudermos estar no fundo a criar *locais oficiais de atropelamento*, porque uma passadeira se não for bem colocada pode criar uma falsa sensação de segurança às



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

peessoas. E, muitas das vezes pode ser preferível ela não existir e haver um cuidado redobrado de quem atravessa a via para garantir a sua segurança. Essa é a nossa sensibilidade, mas também não queríamos tomar essa decisão sem auscultar os senhores presidentes de Junta. Depois de obtermos as respostas de cada um deles, vamos naturalmente ponderar todos os contributos para que a decisão a este nível seja o mais consensual possível e depois, sim, vamos prever um investimento para resolver os problemas que se prevê que seja avultado. Gostávamos de ter uma solução uniforme em todo o concelho, mas não sei se vamos ter condições para o efeito uma vez que, só para terem uma ideia, estamos a falar de quatrocentas e tal passadeiras e mesmo que se suprimam as ditas cem, estamos a falar de trezentas, o que é um valor muito significativo e o investimento em cada uma delas, por muito pouco que seja, vai ser sempre muito expressivo no seu todo. Mas, é um assunto essencial para nós e estamos a trabalhar nesse sentido e a curto prazo vamos poder apresentar o plano para agir nesta matéria. Sobre a passadeira aqui ao lado, é pertinente a observação que fez, também já teve a oportunidade de me dizer na reunião e já está previsto agora um reforço aqui da iluminação. Relativamente, à intervenção da Dra. Cidália Neto, congratula-se pelo prolongamento de horário das atividades pré-escolares, muito bem. Relativamente, às escolas que precisam de melhorias, presumo que já saibam, mas para quem não souber, que nós abrimos um concurso público para a requalificação da Escola Básica Lousada Centro, que era já um desejo com muitos anos de toda a comunidade educativa. Como disse e bem, nós, pelo menos por enquanto, não temos uma responsabilidade direta – temos só ao abrigo daquele acordo de colaboração que fizemos em tempos com o Ministério da Educação –, e agora tudo indica que com as transferências de competências, vamos ter uma responsabilidade acrescida. A perspetiva na altura, quando nós assinamos o contrato há anos atrás, era que não iríamos ter grandes gastos com o mesmo, mas infelizmente não foi isso que se verificou e já aqui foi dito em Assembleias anteriores, que nos levou inclusivamente a propor uma ação contra ao Estado. No caso em concreto para fazer face às necessidades da escola o financiamento que nós tínhamos disponível em termos de Fundos Comunitários, revelou-se manifestamente insuficiente para aquilo que nós achamos que devia de ser feito naquela escola, porque entendemos que a obra que lá vai ser feita tem que resultar, portanto tem que fazer com que a escola fique com as condições de conforto necessárias. A Câmara vai fazer um esforço financeiro adicional e vai investir no seu orçamento cerca de trezentos mil euros. Abriu o concurso, neste momento está em fase de análise de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

propostas e se não houver nenhum problema de maior, nós teremos condições a curto prazo de começar a obra e resolver esse problema. Também aqui disse na última Assembleia que estávamos a preparar um conjunto significativo de candidaturas no âmbito da eficiência energética. Vamos intervir em cerca de vinte e nove edifícios e vinte e dois deles são escolas. E a ideia é explorar a eficiência energética sobretudo ao nível da climatização, para desde logo acabarmos com as salamandras e dar o conforto necessário a essas escolas que não têm tido obras recentemente. Relativamente, à questão do abate de animais, também concordo que houve irresponsabilidade daqueles que aprovaram a lei. Podemos discutir se concordamos ou se não concordamos com a medida, mas sobretudo ela foi demasiada apressada, devia haver um período transitório, de adequação, porque não vale a pena decretar leis, se depois não houver condições para as implementar. E, o que vai resultar dessa lei e é uma opinião unânime, é que vai haver mais cães na rua, não há alternativa. Já lhe disse aqui, que por maior que seja ou que fosse o nosso canil ou o canil de qualquer concelho - e há muitos concelhos que nem canil têm - serão sempre insuficientes para recolher todos os cães. E, portanto, a solução não pode ser essa. Apesar disso nós, como sabem, fizemos obras recentemente no canil. Estamos, neste momento, a preparar uma outra obra de ampliação, para que fiquem com mais condições e com mais capacidade, mas a solução de fundo para o problema não pode passar por aí. Temos encetado contatos e negociações com a Associação Lousada Animal e o que está previsto a curto prazo é que eles levem a cabo, em parceria connosco, uma campanha de sensibilização a nível concelhio. O Município vai ajudar, vai investir nessa campanha de sensibilização, mas sobretudo vai investir em medidas de incentivo à adoção. Estamos a falar do pagamento do chip, da desparasitação e da própria castração. E, esse é que foi um dos grandes problemas, porque esta lei devia vir acompanhada de mecanismos financeiros para fazer face aquilo que ela implica. Acho que todos vocês sabem quanto é que custa castrar um animal. Alguma coisa temos que fazer, seguramente e, vamos fazê-lo, mas tem que ser sempre feito com a necessária ponderação de todos os interesses e de todas as necessidades em causa. Relativamente, à candidatura, nós não apresentamos, porque não tenho presente ou não eramos elegíveis ou pelo menos aquilo que nós pretendíamos fazer não valia sequer a pena, não eramos elegíveis de todo. Relativamente, à intervenção da Dra. Cândida Novais, disse que a narrativa é sempre a mesma e é verdade, sempre que a ouço a narrativa é sempre a mesma. Relativamente, ao Plano Integrado e Inovador de Combate ao Insucesso Escolar se tiver oportunidade poderá estar na segunda-feira, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Auditório Municipal, onde ele será apresentado. Tem um conjunto significativo de medidas, que não são iguais em todos os concelhos. Havia concelhos, por exemplo, em que a questão dos recursos humanos era muito crítica e vão apostar sobretudo em recursos humanos, não é o caso de Lousada. Julgo, que vocês têm presente, por exemplo, que em termos de números de psicólogos, Lousada tem um rácio que mais ninguém tem, pelo menos ao nível da CIM e foi feito esse esforço ao longo dos tempos. Investimos muito e demos apoio sobretudo numa altura em que as escolas não tinham essa resposta. Foi essencial o apoio e o investimento que a câmara fez com a contratação de psicólogos e agora a nossa aposta é noutro sentido, em medidas, em ofertas que vamos fazer às escolas, novas ofertas de promoção e de combate ao insucesso escolar e ao abandono. São medidas diversas, algumas delas já foram aqui faladas, mas são essenciais para o objetivo que pretendemos alcançar. O abandono está normalmente associado a situações de vulnerabilidade económica e a famílias poucas estruturadas. E, de facto há respostas que aparentemente são muito simples, mas que são difíceis de implementar se não houver apoio financeiro. Por exemplo, a prática do desporto é essencial para combater o abandono escolar e desde logo para a autoestima do aluno, para o ajudar a ter hábitos de disciplina, de companheirismo, de respeito pelo seu semelhante, para o equilíbrio físico e psíquico do aluno. Ora os clubes têm custos de exploração e têm necessariamente as suas mensalidades para fazer face às suas despesas e sentíamos essa dificuldade, quando queríamos encaminhar alguns alunos para a prática do desporto. Íamos resolvendo aqui e ali, com a ajuda do clube, quando era possível, mas sentíamos essa grande dificuldade. E, por isso, uma das medidas que este plano contempla é financiar os custos, apoiar essas despesas que os clubes terão ao acolher esses alunos com fragilidade económica e que estejam em perigo de abandono. E, depois há muitas outras iniciativas que aliás algumas delas até já implementamos o ano passado, estou a pensar no mandarim. Lousada liderou um pouco este processo, por força da nossa experiência e a maior parte dos Municípios acabaram por acolher algumas das medidas que nós inclusivamente já tínhamos aqui em prática no concelho. Relativamente, à avaliação do Plano Estratégico Educativo Municipal, aqui o senhor vereador depois se quiser pode acrescentar mais qualquer coisa. Relativamente, às taxas residuais do insucesso, com o alargamento da escolaridade obrigatória, tudo se transformou e o desafio é muito mais difícil, mas dizia que nós de facto tivemos o abandono escolar praticamente erradicado no concelho de Lousada, eram situações pontuais, mas de facto com o alargamento ao décimo segundo ano, a dificuldade aumentou de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

segurar os alunos na escola e sobretudo com aproveitamento. Mas temos trabalhado nesse sentido e adequando a nossa estratégia a esse objetivo. Estamos sempre a inovar também e sempre a apostar na educação. Lembro que este ano, pela primeira vez, vamos assumir o transporte escolar. Foi um esquecimento do governo quando decidiu tornar o décimo segundo ano obrigatório. Mas, esqueceu que era necessário alocar recursos financeiros para fazer face ao transporte escolar. E, era ridículo que um aluno tivesse direito a passe escolar até ao nono ano, residindo a mais de três quilómetros, e no décimo ano já não tivesse esse direito. Apesar de não termos ainda recebido nada para compensar esse custo, decidimos alocar agora uma verba para fazer face a essa necessidade. Relativamente, ao ensino profissional, como sabem, não compete diretamente à câmara propiciar esse ensino profissional, compete-nos sim, colaborar com as instituições diversas, sejam elas públicas ou privadas para propiciar esse ensino profissional. Por exemplo, nos cursos superiores profissionais temos aqui em Lousada já alguns anos. Não estavam a funcionar nas melhores condições nos últimos anos - nas salas da Associação Industrial - mas este ano arrendamos um novo espaço, com melhores condições, porque a entidade que estava a ministrar esses cursos disse que não tinham mais condições para continuar naquele local. É evidente que a solução a este nível tem que passar por outro tipo de abordagem, é nesse sentido que estamos a trabalhar. Estamos a negociar novos espaços para termos um local em Lousada dedicado sobretudo à formação que possa ter diversas valências, não só para estes cursos superiores profissionais, mas para toda a formação profissional. Estamos neste momento em negociações, não queria avançar muito mais do que isso, mas espero que a muito curto prazo possa haver novidades a este propósito. Não sei se o senhor vereador quer acrescentar alguma coisa sobre a questão da monitorização do plano.» -----

----- Intervenção do Sr. Vereador António Augusto Silva: «As mudanças na educação são obviamente mudanças muito lentas. É preciso esperar algum tempo para que as medidas possam surtir efeito. Este Plano Estratégico Educativo Municipal tinha um período de vigência de três anos, no final desse período de vigência será obviamente avaliado e será obviamente reformulado.» -----

----- Continuação da resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Relativamente à iluminação pública a poupança não foi de novecentos mil euros, foi de sessenta por cento de novecentos mil euros. Novecentos mil euros era a despesa que nós tínhamos. O que é que se fez com a poupança?



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Não se pega propriamente naquele dinheiro e põe-se em outro lado, mas sim, é distribuído. Agora, relativamente ao que está em falta, aqueles pequenos acertos, é um pouco mais do que aquilo que nós estávamos a contar. A perspetiva inicial era de um investimento de sessenta/setenta mil euros e neste momento está em cento e cinquenta mil euros, mas já demos instruções para seguir. Não garanto que este ano fique tudo resolvido, mas seguramente o que não ficar resolvido este ano ficará no próximo. Volto a frisar, isto onde há edificações. As outras situações têm que ser vistas com muito cuidado e caso a caso. Relativamente, à intervenção do Dr. João Correia, eu percebo a forma emocionada com que abordou esta questão da segurança. Não é um assunto que nos deva sossegar de facto, devemos estar sempre alertas e preocupados, mas a GNR existe em Lousada. Aliás, esta semana o novo Comandante do Posto Territorial, veio fazer a sua apresentação e falamos sobre os pontos críticos, tendo ficado combinado uma visita ao Posto, desde logo, para me inteirar de alguns problemas que lá existem. Mas, o problema maior que tem em mãos, é a falta de efetivos. Só para terem uma ideia, aquele posto já teve 45 elementos e neste momento tem vinte e sete, vinte e oito. E, portanto *sem ovos não se faz omeletes*. Ainda por cima, com as regras do Código de Trabalho e com a questão dos horários flexíveis, parece que existe sete, oito elementos com horário flexível e a segurança não se faz apenas das nove às cinco, faz-se vinte e quatro horas por dia. Portanto há limitações muito grandes nas escalas e eu comprometi-me a perceber melhor o ponto de situação e depois diligenciar junto do senhor Ministro e do Comando quer Distrital, quer Nacional para se fazer o que é necessário para resolver este problema. Se a criminalidade está aumentar? Os dados que temos, não é propriamente nesse sentido. Tem havido de facto episódios graves, é verdade, mas segundo a GNR esses episódios são os custos das excelentes acessibilidades que temos. Tudo indica que são pessoas que vêm pela autoestrada com viaturas roubadas e que param onde é mais fácil. E, portanto é evidente que nós ficamos sempre muito preocupados, ficamos sempre com aquela convicção de que pode acontecer a cada um de nós, mas também não creio que o alarme social deva existir. Agora, temos que estar alertas, sim, temos que reforçar os efetivos, mas enfim é um assunto que deve merecer da nossa parte preocupação e portanto eu disponibilizei-me para fazer essas diligências. E, queria também dar nota de que, e isso foi dito também pelo novo Comandante, normalmente só se destaca o que corre menos bem, mas há situações que também correm muito bem e a GNR também tem sucesso em muitas operações que fazem. E, sobretudo pela questão preventiva e pelas patrulhas, que também eu não as vejo com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aquela frequência que as gostaria de as ver, mas percebendo este quadro de dificuldade em termos de recursos humanos, percebo o problema. Mas dizia-me o senhor Comandante que ainda esta semana aqui na vila, num stand de automóveis aqui bem perto conseguiram intercetar duas pessoas que estavam já a desmontar um carro e conseguiram prendê-los em flagrante delito e não foi ninguém que chamou a GNR, foram eles que passaram, viram movimentações estranhas e foram tentar perceber o que se passava e tiveram sucesso nessa operação. Infelizmente, só se dá destaque ao que corre menos bem.» -----

----- PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

----- PRIMEIRO PONTO: Apreciação da informação escrita do presidente da Câmara e discussão de outros assuntos de interesse do Município. -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silvaes, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Senhor presidente da Assembleia, restante Mesa, senhor presidente da Câmara, senhoras e senhores vereadores, caros colegas, excelentíssimo público. Eu, começo esta minha intervenção, porque relativamente ao que o João Correia aqui trouxe sobre a situação da segurança, não é uma situação nova, é uma situação recorrente, efetivamente este é um assunto que ele já trouxe aqui por diversas vezes e começo a ficar preocupado. Começo a ficar preocupado sobretudo por dois ou três pontos que são muitos essenciais é, o João deve estar mesmo desesperado e acredito que esteja desesperado interiormente com esta situação e se calhar já esgotou tudo o que tinha para esgotar dentro dos trâmites normais que é: dentro dos gabinetes, falando com o senhor presidente da Câmara, falando com os colegas do governo, falando com as pessoas de direito, indo à GNR, falando com o senhor comandante, para que este assunto se resolva efetivamente nos canais próprios. É lá que acho que as coisas tem de ser tratadas, efetivamente vir para aqui fazer até um certo alarme social a dizer que não há GNR no Posto de Lousada e tornando assim isso público, quem nos estiver a ouvir diz: *“Hei pá! Eu não sabia. Então agora é que vamos começar intervir e vamos começar aqui a vir para Lousada, porque aquilo lá parece que está tudo abandonado e portanto é o sítio certo para intervier.”*, cuidado com que se diz. Eu concordo com o senhor presidente da Câmara que estas questões têm que ser tratadas de forma muito correta, muito assertiva nos locais próprios. O que eu fico e lamento é que eu recorde que este assunto tem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

vindo cá, as situações dos agentes é sempre um assunto recorrente e continua por tratar, aquilo que me questiono é porquê? De quem é que é a responsabilidade, quem é que tem competências e quem é que deve zelar, efetivamente pelos interesses dos lousadenses para que esta situação tenha um cabal cumprimento, relativamente ao reforço dos agentes, mas não é só dos agentes. Ainda, noutro dia estive no mecânico e que me disse uma coisa muito curiosa, que há dias chegou um jipe lá em que havia um GNR, um agente que o estava a segurar às costas, quase, porque a porta caiu, ou seja se vocês repararem nas viaturas que nós temos dos nossos agentes, estão deploráveis e eu já nem falo às vezes quando eles vêm a minha loja, por situações, às vezes nós vamos dando algum apoio da parte da informática, de impressoras que não funcionam, não há tinteiros, isto está efetivamente caótico. Mas, meus amigos sejamos muito concretos a crise pelos vistos já acabou, a crise já passou. Estão quase a passar quatro anos que o Passos Coelho foi embora e esta situação continua pior, continua por resolver, mas isto é muito grave. Nós unimos as mãos quando foi a situação do Hospital Padre Américo e tomamos posições conjuntas, efetivamente, eu proponho que um grupo de representantes desta Assembleia, juntamente com o senhor Presidente peçam uma reunião com o Comandante Distrital, porque é aí que as coisas tem que começar a funcionar, peçam uma reunião para que efetivamente haja um reforço efetivo de meios, não só humanos, mas também de material. E, depois questiono por exemplo que muitas vezes vem aqui a Lousada alguns Ministros, alguns Secretários de Estado para determinado tipo de festas ou de eventos e gostava que trouxesse cá o senhor Ministro Eduardo Cabrita, que é o responsável por este setor e que efetivamente o apertassem, porque digam ao senhor Ministro como fez o senhor presidente de Câmara da Amarante que ainda há dias sobre o quartel de Vila Meã reteve da parte do senhor Ministro um compromisso de que efetivamente ia tomar uma posição sobre a remodelação do quartel e investir naquele setor. É importante que efetivamente as coisas tenham um resultado positivo e que todos trabalhemos sobretudo nos locais que devem ser trabalhados, que é nos gabinetes, era esta nota que queria dizer. Relativamente, à situação da segurança em Alvarenga, acho que o caso que aconteceu e como disse o senhor presidente da Câmara é resultado efetivamente das nossas autoestradas e foi um caso que acho que é pontual, porque no global acho que as pessoas têm uma sensação de segurança. Há dias comentava com colegas meus que vinham de longe e que diziam de facto em Lousada temos um ambiente efetivo de boa convivialidade, ainda é possível deixar o carro aberto quando se vai tomar um café e as coisas também não estão assim tão graves a não ser estes casos que pelos vistos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que é um caso de um gang com violência grave que atua em Lousada, Paços de Ferreira e não só e vamos também serenar um pouco essa situação Não quer dizer que o resto não tenha de ter a sua importância.» -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Excelentíssimo presidente da Assembleia, restantes membros da Mesa, Excelentíssimo presidente da Câmara, Excelentíssimo vereadoras, Excelentíssimo vereadores, caros membros desta Assembleia. Desde a última Assembleia como em todas recebemos uma comunicação do presidente da Câmara em que se colocam em evidência as realizações que há a salientar. E, na verdade há sempre muitas coisas para salientar, umas de maior relevo, outras de menor relevo e não podia ser de outra forma. Há um plano de atividades para cumprir, há um orçamento para executar e por isso há sempre aspetos a salientar que efetivamente foram realizados. Aliás poderia retomar aqui uma expressão que tive na última Assembleia que é: *“até um relógio parado está certo duas vezes por dia”*, por isso é impossível não haver algo a salientar. E, com isto não quero, nem queremos tirar ou desvalorizar tudo aquilo que se foi concretizando ao longo do tempo. Mas, situando no tempo e no espaço concreto em que atuamos, também não podemos deixar de salientar aqui alguns aspetos como fragilidades ou algo a melhorar e deixar aqui algumas sugestões. A primeira delas vai por exemplo para a área da educação e que já aqui foi falada e não vou repetir, nem recalcar aquilo que já foi dito, mas há algo que desde há muito tempo, nós vamos falando aqui e que tem a ver com a atualização das perspetivas sobre a educação. O senhor presidente disse e muito bem que o alargamento da escolaridade obrigatória para o décimo segundo ano, trouxe problemas, trouxe questões que era necessário olhar com mais atenção. Aliás eu lembro-me que há vários anos escrevi um artigo para um jornal local que tinha o título *“Educação para Além dos Números”*, eu procurava explicar que para além do abandono escolar, há que olhar para o insucesso, porque não basta que os alunos não fujam da escola, é preciso que os alunos aprendam e citava uma frase do professor António Nóvoa que dizia: *“que nós conseguimos ter os alunos na escola, mas há alunos que passando doze anos na escola parece que efetivamente nunca se sentaram numa cadeira dentro de uma sala de aula”*, porque a escola não pode ser só para nós dizermos que garantimos escolaridade obrigatória até aos dezoito anos, não é até ao décimo segundo ano. Nós temos que efetivamente pensar e repensar a forma como os alunos frequentam a escola e por isso eu não posso deixar de me congratular com esta iniciativa, que certamente olhará para este problema com outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

perspetiva, com uma perspetiva muito diferente daquela que era a perspetiva até agora. E, também não posso deixar-me de congratular com um anúncio que ouvimos aqui, que já tínhamos conhecimento, mas que voltamos a ouvir aqui, que é o alargamento dos passes escolares para o secundário, que era aliás uma das nossas bandeiras de campanha de educação e que independentemente de quem propôs ou quem pensou ou de quem idealizou é algo absolutamente importante, era uma injustiça tremenda como referiu que se alargasse a escolaridade obrigatória até aos dezoito anos e que os alunos a partir do décimo ano, só porque passavam para o ensino secundário deixavam de ter passe escolar. Nós podíamos ter um cabelão com dezassete anos no nono ano tinha direito a passe e um aluno exemplar com quinze anos que passava para o secundário e que não tinha direito a passe, isto era absolutamente descabido e absurdo. Outro aspeto, que gostava de salientar aqui e que já foi referido tem a ver com a iluminação pública. E, não posso deixar de felicitar aquilo que aqui foi dito, que é e é um compromisso que o problema vai ficar, efetivamente resolvido. E, que apesar de custar mais do que aquilo que inicialmente estava previsto é um assunto que vai ficar resolvido. Mas, também não posso deixar de lembrar que em tempo oportuno, nós dizemos que o empréstimo deveria ser de um valor superior, embora para que não venham aqui dizer que nós somos sempre contra aos empréstimos, mas na altura aprová-lo e aprovando dissemos que era uma oportunidade perdida para com um único empréstimo não se conseguir resolver um problema que era de muitos lousadenses e passaríamos a reforçar uma injustiça que era os lousadenses que tinham iluminação pública de topo e todos aqueles que não tinham sequer uma iluminária à frente de casa. Mas, não posso deixar de voltar a salientar ou reforçar este compromisso que hoje aqui foi dito pelo senhor presidente da Câmara que esse será um assunto resolvido a breve prazo. Tomando ainda outras questões, falamos sempre de saneamento e água. É há mais de vinte anos que vos falo disso e é importante, mas há aqui algumas questões que era importante também abordar sobre este assunto. Primeiro, é do conhecimento de todos que com alguma frequência, se calhar com demasiada frequência, algumas condutas rebentam. E, também não posso deixar de dizer aqui que em tempo oportuno alertamos para o facto de algumas dessas obras não estarem a ser executadas conforme aquilo que deveria ser e infelizmente o tempo parece nos dar razão. Mas, há sobre isto mais dois aspetos que eram importantes salientar, o primeiro é o período de tempo que decorre entre o início das obras e o encerramento definitivo das obras. E, quando falo do encerramento definitivo das obras, não é estarem colocadas todas as condutas ou todos os



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

tubos, é o arranjo das estradas. Há um período e todos os presidentes de Junta aqui, certamente irão ao encontro daquilo que eu estou a dizer, há um período demasiado grande, demasiado longo entre o início da obra e o fim da obra. E, isto traz constrangimentos vários, imensos e de grande relevo para a população de Lousada. E, depois há uma outra questão que eu gostava se poder ser esclarecida que se prende com uma previsão para uma cobertura aproximada quer da rede de saneamento, quer do abastecimento de água. Qual é neste momento a cobertura da rede, quer do saneamento, quer da água e se há alguma previsão, se nos planos do executivo está pensado alguma data definitiva para o encerramento disto? Ainda, sobre outro assunto que é abordado e era apenas para ouvir e saber o que se pensa sobre o assunto, que tem a ver: o primeiro tema, daquilo que nos é enviado, tem a ver com os transportes e com o melhoramento da linha férrea. Há dias, surgiu aí uma ideia inovadora de um presidente de Câmara, que não sei, entretanto como é que isso avançou e que acolhimento teve por parte dos outros municípios e por isso se calhar era o local oportuno e o momento oportuno para ouvirmos o executivo abordar esta temática e esclarecer-nos sobre o que pensa sobre este assunto em particular. Ainda, sobre os transportes, tentar perceber em que estado está um processo que está a ser desenvolvido no âmbito da CIM, sobre uma plataforma Multimodal de Transportes e que será muito importante e que vindo já, vem tardiamente, porque efetivamente qualquer um de nós reconhecerá do mesmo modo que reconhecemos a deficiência da questão da GNR e já aí irei... Mas que a deficiência dos transportes públicos de Lousada, que estando muito bem servido em termos de rede viárias acaba por ter um aspeto muito deficitário naquilo que é o serviço público de transportes. Indo à questão da GNR e sem criar alarmismos, eu concordo em absoluto com aquilo que o João Correia disse e também subescrevo na totalidade, não podia deixar também de fazer aquilo que o meu colega de bancada e presidente de Junta Fausto aqui falou, mas era importante sem criar alarmismos, tentarmos perceber como é que se reduziram cinquenta por cento dos efetivos, já tivemos quarenta e cinco e agora temos vinte e sete e se aquilo funciona em turnos de vinte e quatro horas e nove estão com horários flexíveis, quantas pessoas estão efetivamente no posto. Por isso é praticamente impossível haver patrulhas na rua e haver qualquer tipo de segurança. Mas, também não queria deixar de salientar e reforçar aquilo que o Fausto disse, é que já estamos quase a quatro anos de um executivo novo, que vive tempos de leite e mel e que portanto da terra prometida e que portanto já teve oportunidade de em algumas situações resolver estes assuntos, não fossem as cativações que parecem que afinal existem,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

existem mesmo. E, sobre isto e também sobre este executivo de governo gostava de ouvir aqui a opinião, novamente para saber o que é que pensamos agora sobre um assunto que aqui foi que servia até de culpa quase sempre para a não concretização de algumas obras por exiguidade orçamental que é o familiarizado FAM. É que nunca mais ouvimos falar dele. E, o FAM foi aqui “ene” vezes, se me permitem a expressão tomado como motivo para a não concretização de muitas obras, porque a Câmara, efetivamente contribuía para esse fundo e era uma injustiça que mal o Governo Socialista chegasse lá seria a primeira coisa que faria, que era respeitar os Municípios cumpridores como o Município de Lousada, que estava a pagar de forma injusta por aqueles que ao longo dos tempos se endividaram e este foi um assunto que deixou de aparecer aqui na Assembleia. E, outro assunto que também aqui foi várias vezes falado e que agora parece que está novamente na ordem do dia, é a Reorganização Administrativa. O que é que se pensa sobre o assunto? Se não pensamos nada ou então se pensamos que a solução é voltar ao que era vinte e cinco freguesias ou se pensamos alguma coisa sobre ao assunto e vamos pensar sobre o assunto, vamos efetivamente dizer o que há para dizer sobre isto, porque este é efetivamente um assunto do interesse do Município. É preciso fazer a avaliação primeiro junto dos presidentes de Junta sobre o que significou esta Reorganização Administrativa. Acredito que possa ter algumas vantagens, poderia enumerar algumas, mas isso caberá a cada um deles. Terá certamente muitas desvantagens, mas pelo menos há uma desvantagem que claramente aconteceu é que as freguesias que agruparam, ficaram em muitos aspetos prejudicadas porque são contadas apenas como uma para muitas situações de requisição até de máquinas e de material e as que ficaram como uma e que continuam que eram uma só, acabam por ser beneficiadas. Mas isto é apenas um exemplo, porque não é a partir daqui que devemos fazer a reflexão. Não venham aqui pegar neste pormenor para falarmos sobre a questão da Reorganização Administrativa. É pensarmos verdadeiramente o que é que nós queremos para o concelho, se é o que está, se é o que estava ou se é uma coisa, totalmente diferente e eu não estou a falar de nada de extraordinário. A Câmara de Lisboa, por exemplo muito antes da imposição da Reorganização Administrativa, chegou a um consenso com as Juntas de Freguesia para uma Reorganização Administrativa, que claramente pelo menos por aquilo, pela avaliação que se fez trouxe mais-valias para a cidade. E, por isso ou fazemos de conta que é um não assunto ou então é um assunto e discutimo-lo verdadeiramente. E, era importante ouvir aqui a opinião sobre este assunto que deixou de aparecer. Há uma outra questão e que também já foi trazida aqui e ainda



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

que de leve pelo senhor presidente da Câmara na intervenção que fez, que tem a ver com a Descentralização, que é um processo que aparentemente está a ser feito nos segredos dos deuses, porque nós não sabemos muito bem quais as competências, em que áreas, quais os pacotes financeiros associados a estas áreas. Sabemos, por exemplo, que houve Municípios que convocaram Assembleias Municipais Extraordinárias, só para falar sobre este assunto e que na informação que nos é enviada o assunto nem sequer é referido. E, era importante também até porque o senhor presidente disse, são competências que nós não temos, mas eventualmente vamos ter, era importante neste momento que nos esclarecessem a nós, deputados da Assembleia Municipal, presidentes de Junta, pessoas aqui presentes, qual é o ponto de situação? O que é que se está a passar? E, qual é a posição do Município, relativamente a isto tudo? Até porque também há municípios que frontalmente já mostraram a sua discordância com isto e mais nós sabemos que em muitas circunstâncias em situações de descentralização e também já foi referido várias vezes aqui nesta Assembleia, o governo compromete-se com pacotes financeiros que depois acabam por não cumprir e quando cumpre, cumpre tardiamente. E, por isso este não é um assunto de importância menor, é um assunto muito relevante, porque assumir mais competências, é importante e eu sou favorável à descentralização, mas a uma descentralização verdadeira que atribua competências às autarquias, mas não exclusivamente por exemplo à Câmara Municipal e que essas competências, que essa descentralização comece do topo e vá até à periferia, da periferia que são as Juntas de freguesia e que essa descentralização também nas Juntas de freguesias seja acompanhada de uma negociação aberta transparente, dialogada e dos respetivos envelopes financeiros. Eu penso que para já seriam estes os assuntos.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Eu não falei com ninguém, nem nos gabinetes, nem aqui nem em outro sítio qualquer, aquilo que lhe posso dizer, é aquilo que publicamente já afirmei na comunicação social, por várias vezes. É aquilo que já disse aqui várias vezes nesta Assembleia e que eventualmente a comunicação social também tem um papel de informar e marcar um bocadinho a atualidade. Mas, já poderia ter feito e posso-lhe falar daquilo que foram as démarches que a JS Lousada, já realizou, que já obteve uma resposta na altura do Dr. Miguel Macedo, na altura Ministro do governo PSD/CDS, a dizer que sim senhor, que estava para muito breve o reforço de meios. A reunião, que a JS teve com o Comandante Distrital da GNR, no



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Porto, nós estamos ativos. E, depois deixe-me lhe dizer outra coisa, quando fiz aqui esta interpelação e quando falei de uma forma assim tão veemente, a minha interpelação além de ser para todos, não era propriamente para o senhor presidente da Câmara até, porque estávamos no período antes da ordem do dia, era mais para o facto de termos aqui um deputado na Assembleia da República, que pode fazer chegar, ecoar na Assembleia de todos nós aquilo que são as preocupações do “coitado povo lousadense”, que de facto não quero ser um instigador de alarme social nem pouco mais ou menos, não é uma função que me cabe, agora há uma coisa que lhe posso garantir, eu sei que o senhor presidente de Junta, é uma pessoa que participa, que fala, que dialoga a miúdo com as pessoas da sua freguesia e certamente não ignora esse alarme que existe, não me negará, certamente. E, aquilo que lhe quero dizer e dizer a todos, é que se calhar, da próxima vez, que algo disto acontecer a nossa consciência vai pesar um bocadinho mais e acho que deve pesar, porque de facto as contas, que o Dr. Filipe aqui veio aqui fazer e não é preciso fazer contas muito elaboradas 7, 8 turno, não deve fugir disso e se houver uma baixa, se houver isto, se houver aquilo..... É um tema que trago aqui, sei que nós não temos competência sobre o assunto, sei que o executivo não tem competência sobre o assunto, mas sei que nós como representantes do povo devemos estar atentos e devemos tratar, porque na minha opinião pessoal é um tema que conforme aqui já foi dito tem tendência a agravar-se não for controlado. Relativamente, à questão da Reorganização das freguesias, eu acho que é um facto, algo que nós vamos ter de pensar e, tanto quanto sei será eventualmente um tema no qual teremos de pensar a breve trecho. E, sim acho que é um bom repto começarmos a pensar nisso e eventualmente cada um de nós enquanto Deputado Municipal começar a pensar nisso para uma possível reflexão que terá de ser feita no futuro como é óbvio teremos que aguardar diretrizes lá de cima, terá de haver vontade política no sentido de alterar uma reforma má e acho que sim, acho que devemos começar a pensar nisso. E, sim eu sou a favor da descentralização, acho que o poder local atua muito melhor do que o poder central em muitas áreas, sou também muito favorável à deslocalização de competências que neste momento estão em grandes áreas periféricas, em grandes cidades como Lisboa e Porto para outras capitais de distrito. Percebo isso me torna similar ao já não amado Pedro Santana Lopes, que teve essa ideia quando estava no governo, mas e compreendo a dificuldade de termos de andar com pessoas para outros locais. Mas acho que é um processo que se deve iniciar o quanto antes e que se deve começar a pensar no sentido de futuramente nós podermos ter outras cidades, outras capitais de distrito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

com valências próprias do governo central que certamente irão ajudar a impulsionar a economia local, a demografia e todo um conjunto de serviços e áreas que irão beneficiar com isso. Agora, mais uma vez, este é um tema que nos escapa um bocadinho, para já, porque tanto quanto sei também está na Assembleia uma comissão a estudar esta questão e muito provavelmente nós de futuro mais uma vez vamos ser chamados eventualmente a dizer se queremos assumir algumas competências nesta área. E, portanto mais uma vez é algo que vamos ter pensar e ponderar muito bem e enquanto Deputados Municipais e enquanto Grupos Parlamentares, vamos ter que pensar muito bem na posição e naquilo que vamos quer assumir de futuro.»

----- Intervenção da Sr. António José Mendes do Grupo Municipal do CDS-PP: «Boa noite senhor presidente, mesa, executivo, caros colegas, público. Queria dar duas notas ou três, uma sobre o tema que o Dr. João Correia trouxe. E, de facto o CDS subscreve a proposta apresentada pelo Dr. Fausto de podermos fazer em conjunto. E, se calhar aprovar que a primeira vez não foi um acaso, mas pode ser um bom trabalho. Iria mais longe, não sei se isso pode ser trabalhado dessa forma e o senhor presidente poderá esclarecer também este problema de segurança, é um problema transversal a todos, digamos à Comunidade do Tâmega e Sousa e digo isto com conhecimento de causa. E, de facto estive para falar neste tema, mas às vezes não quero parecer que trago para aqui as questões pessoais como já às vezes falo de algumas questões que conheço particularmente. Eu tive um acidente há dois anos atrás e fui vítima precisamente da falta de pessoas, de efetivos no posto e fui vítima porquê? Muito simples, não havia pessoas, não sofri qualquer ferimento, mas segundo a lei, que desconhecia e pelos vistos até o meu advogado desconhecia, eu não podia abandonar o local. Uma hora e meia depois, isto resultou na perda total da viatura e se calhar como eu e como o meu advogado muito de vocês não o conhecerão, eu não poderia, apesar de não ter tido qualquer escoriação e o aparato do acidente foi muito grande, alguém se lembrou de chamar umas ambulâncias. E, o que é que isto resultou, resultou na perda total da viatura e resultou que a companhia de seguros declinou o pagamento de uma viatura de dezenas milhares de euros. E, de facto digo isto, seria proteger os cidadãos que a Câmara pudesse ir por aí, porque nem todos terão porventura a capacidade financeira para poder aguentar dois anos e tal à espera de uma viatura de trabalho. De facto, eu tive a felicidade de poder comprá-la, porque senão teria que andar a pé ou não sei, teria que me informar ou alugar uma viatura e a companhia depois pagaria. O certo é que volvidos dois anos ganhei a questão, não aceitei qualquer acordo. O que se calhar e pela prática e por



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

aquilo que me disse o meu advogado, se calhar, não é toda a gente que reage dessa forma, porque estão sobre coação e estão entre tudo ou nada deixe-me aproveitar alguma coisa, portanto isto para que só em rodapé dizer que passada essa hora e meia, já estava em casa, foi a dois quilómetros da minha casa, vieram dois agentes de outro concelho, porque não havia os efetivos e mentiram em tribunal e ficamos por aqui, para que não esteja a pôr em causa a seriedade dos agentes da GNR, que não são todos iguais com certeza. Agora é de facto transversal aos concelhos não sei se teríamos mais força de podermos tratar isto a nível da Comunidade Intermunicipal ou qualquer coisa, até ao bocado se falou na dependência de Felgueiras e essas coisas, essas interligações que existem, portanto, mas isto é de facto grave, sem alarmismos e se falar em segurança num serviço que pelos vistos eles são obrigados a prestar e que mexem com a nossa carteira e que serve os interesses das companhias de seguros como vocês sabem se puderem fugir É o que tentam fazer em primeiro lugar, portanto subscreve o CDS e gostaria muito de voltar repetir aquilo que fizemos com o Hospital Padre Américo e que na altura tive a oportunidade de dizer que foi uma boa prática e termos dado um bom exemplo do que deve ser uma Assembleia Municipal. Segundo ponto, gostaria de falar de uma questão que se falou aqui: a Reorganização do Território. O CDS e aliás tive oportunidade dizer numa entrevista, em que primeiro pensamos e que não é, e eu penso neste caso não pelo CDS só, é o CDS Lousada que pensa é o António José, que este assunto neste momento bem um bocadinho para distrair as atenções, se calhar não é oportuno estar a falar disso, há coisas mais importantes, temos outras questões a nível de política nacional do que estar a pôr estas questões na ordem do dia, é a nossa opinião. Na altura certa, com certeza o CDS terá a sua opinião e revelará essa opinião de uma forma muito veemente. Sendo certo que, e faço votos que não se repita aquilo que aconteceu há quatro anos atrás, não estando eu aqui nesta Assembleia, mas pelo que sei houve, não sei se foi medo, se foi estratégia, não querer ficar, ficaram todos amarelos toda a vida, porque não quiseram ficar vermelhos por um dia. Por acaso penso que é melhor ficar vermelho um dia do que corado ou amarelo toda a vida e portanto deixaram que fossem a régua e esquadro que fossem decididas. Tiveram a oportunidade à época, não o fizeram e sujeitaram-se ao “*livre arbítrio*” do poder central, de Lisboa. E, começando por aí também ia falar da questão das transferências para as Autarquias Locais. E, gostaria de saber de facto qual é a opinião, eu sei que não está na ordem do dia, até pensava que iria estar na ordem do dia, porque de facto muitas Assembleias o estão a fazer, qual é a posição da Câmara de Lousada sobre esta matéria, porque muito se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

fala, muito se diz, a nossa perceção é que o atual governo está conduzir isto de uma forma, pensamos nós, de uma forma trapalhada com avanços e recuos, prazos sistematicamente prorrogados, indefinições, falta de estudos, análise e dados concretos normalmente no que se refere aos meios necessários para a descentralização de competências. Gostaria de saber, o CDS, de facto qual é a posição da Câmara de Lousada? Se as Câmaras Municipais serão meros agentes de execução ou pelo contrário serão transferidas para eles algumas competências ou serão serviços de manutenção local ou tarefeiros de direções gerais e de institutos públicos, como é que vão tratar essa questão? A descentralização é essencial para o efetivo e melhor desenvolvimento económico e social de toda a população portuguesa, sem dúvida. O governo deve assegurar e garantir todos os meios técnicos com pessoal e financiamento para cumprimento das novas competências do poder local, isso é que é fundamental, porque nós não queremos estar dependentes de Lisboa e uma subserviência a Lisboa em que eles decidem tudo. O CDS nesse aspeto é muito claro, quer que seja feito uma verdadeira descentralização. Agora o que é que as câmaras vão fazer, vai ser o passar de um problema? Isso é que é importante. Porque de facto não há dúvida e penso que estamos todos de acordo, também aí somos consensuais. Que a sensibilidade de um presidente de Junta, de um presidente de Câmara é muito diferente, das necessidades e até da implementação de políticas, porque conhece a realidade dos seus cidadãos e das suas associações, da sua educação, carências e tudo isso e eu penso que aí gostaríamos e não quero alongar muito teria muito mais a dizer sobre esta matéria. Aliás trazia aqui um texto preparado, mas sei que só tenho cinco minutos e não queria estar alongar-me. Lanço este desafio e se possível na ordem do dia de uma próxima Assembleia que este assunto viesse e que nós viéssemos todos preparados para discutir isto, sem tirar dividendos políticos, mas apenas e só para o bem-estar da nossa população e para conseguíamos ser mais fortes, como diriam: Seremos mais fortes, irmos mais alto e mais longe.» -----

----- Intervenção do Sr. Fausto Oliveira, Presidente da Junta de Freguesia de Silvares, Pias, Nogueira e Alvarenga: «Nas perguntas que o YES colocou há dias sobre a situação de Reorganização, da revisão deste processo da Reforma Administrativa, coloquei um ponto que efetivamente neste momento não temos elementos muito concretos para podermos falar muito sobre o assunto. Mas, há uma questão que acho que é importante aqui reforçar, porque vai-se efetivamente falar sobre o assunto. E, eu não posso deixar passar esta ocasião para lembrar aquilo que aconteceu em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

2012. É que em 2012, a bancada do PS e câmara na altura colocou-se numa posição completamente redutora e de impossível dialogo quando o PSD por várias vezes na altura quis dialogar. Na altura, era possível e houve muitas Câmaras e eu afirmei aqui por muitas vezes muitas Câmaras que aproveitaram aquela oportunidade para fazer uma verdadeira reforma de desenvolvimento dos seus concelhos e na altura lembrei Amadora, Guarda, Vila Verde, entre outras, daquilo que efetivamente fizeram do envolvimento que tiveram com os párocos, do envolvimento que tiveram com as associações e com as comunidades locais e da oportunidade que Lousada perdeu em 2012 de ter efetivamente feito uma reforma que adequadas aquelas regras podíamos melhorar efetivamente muito. O que é facto, é que eu acho e noutro dia disse alguém, não se pense que agora esta revisão não vai ter regras. É porque não há nada sem regras, sem critérios e portanto os critérios sendo com certeza diferentes daqueles que foram em 2012, serão sempre critérios, para os quais nós nos temos que pautar. E, portanto estou até curioso e confiante, porque acredito e nisso o Primeiro-Ministro pelo menos é um defensor e foi um grande executor de uma grande reforma na cidade de Lisboa e portanto não pense que o Partido Socialista ao nível central e até porque antecipadamente a todo este processo relativo à situação da “Troika” e da necessidade de fazer este processo, muita gente no Partido Socialista sempre achou que era necessário rever a forma de organização do País, não só nas freguesias mas também nos Municípios e de facto distribuir mais competências, reforçar as competências das autarquias locais, que aliás, vamos também ver ao nível do Municípios, mas também das freguesias. E, portanto eu estou convencido até pelos cinco pontos, aqueles princípios bases como um deles é de facto o reforço das competências, os serviços às populações que isto aqui vai trazer de facto um grande espaço de reflexão. E, da minha parte e penso que da parte também do grupo do PSD em Lousada sempre traremos uma ação e uma atitude responsável de tudo fazer para que o concelho de Lousada tenha um plano de desenvolvimento efetivo que passe por todas as freguesias. Agora, quero lembrar aqui uma coisa, que é muito interessante, é que na altura toda a gente estava contra e é interessante ver até e há aqui alguns presidentes de Junta que até sobre a situação da Reforma Administrativa. Há dias uma entrevista que o Sr. Prof. Vilar deu dizendo que realmente isto tem umas vantagens, realmente isto até é possível. Não sei dizia outro presidente de Junta, não sei se valeria a pena voltar atrás, porque efetivamente a gente consegue aqui fazer umas coisas. Tempo perdido meus senhores, porque se houve coisas que na altura ficaram mal, foi porque não se quiseram comprometer com uma solução que era muito



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

positiva para Lousada, tempo perdido. Andamos a brincar com as pessoas e isto acho que não devemos nunca repetir esta situação para futuro, nunca devemos repetir esta situação, custe a quem custar, porque o mais importante é o serviço às populações, são as pessoas que servimos e é para elas que somos eleitos, porque hoje cá estou eu, amanhã não estou. Hoje estamos cá nós, amanhã não estamos e as pessoas, e os seus territórios e o seu desenvolvimento é um processo que depende das nossas decisões no tempo presente, portanto temos que ser muito sérios sobre essa reflexão. Já perdemos muito, já perdemos muito dinheiro, porque se tivéssemos feito a Reforma Administrativa, por exemplo só para terem ideia fazendo as contas da minha União de Freguesias, teríamos tido nos orçamentos ao longo de cinco anos mais setenta e cinco mil euros por causa da majoração que foram perdidos. É preciso saber quem é que são os responsáveis disto. Não assumindo essa responsabilidade em 2012, houve um conjunto de transferências que tinham beneficiado o concelho de Lousada e as suas freguesias e as suas populações que não foram transferidos e é preciso apontar responsabilidades. É preciso que as pessoas assumam essas responsabilidades e que para futuro metam a mão à consciência e sejam mais responsáveis na forma como dialogam. E, acho que isso é o caminho que temos a seguir para futuro.» -----

----- Intervenção da Sra. Maria do Céu Rocha do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Vou só apresentar uma visão de quem não estava cá aquando das decisões e se calhar é a visão do povo. Para quem estava de fora aquando da decisão, aquilo que se ouvia, sobretudo na comunicação social, é que Câmara de Lousada não apresentou proposta, PSD e CDS na altura também não apresentou proposta. E, se bem me ocorre, o poder era CDS/PSD. Ora, quem mais do que a Coligação que poderia estar bem perto do poder de decisão e ter um contributo ativo para aquilo que seria as necessidades de Lousada? Para quem está de fora, vê ainda outra situação que é: temos vinte e cinco freguesias que mantêm a sua identidade cultural, porque permitam-me dizer não vejo que ninguém tenha sentido uma verdadeira agregação, continuamos a ter vinte e cinco freguesias no seu espírito e depois temos freguesias e não me dirigindo a nenhum presidente em particular, nem falando de partidos, porque não é disso que estou a falar, estou a falar da população que decidiram ter uma agregação, tem agora duas, três, alguns mais até, a pretexto de uma maior ocupação, dividiram os tempos de atendimento às populações. E, com base nessa ocupação passaram a ter vencimentos associados e a minha questão é: Onde é que está a população a ganhar? Se me perguntar a mim, eu não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

estava cá, mas é claro que sou contra. É claro que estou cá para trabalhar, se quiserem fazer uma proposta. Mas, sejamos, como dizia ali o senhor António José, não sejamos amarelos. Tomamos uma decisão em conjunto e assumimo-la, porque que eu saiba ninguém aqui tomou decisão alguma. Eu de facto não estava cá, mas digam me qual foi a proposta que apresentaram. Eu estou disponível para que me mostrem, qual foi a apresentação de Reorganização Administrativa que apresentaram. Era só o que queria alertar. Houve freguesias que passaram a ter custos que não tinham, presidentes que passaram a estar supostamente mais disponíveis e a verdade é que não estão. Eu se for há minha, se calhar tinha dois atendimentos, agora tenho um, se quiser vou à freguesia vizinha, porque eu ainda sou da minha freguesia. Portanto é aquilo que eu penso, se querem trabalhar, que seja mais um tema que trabalhemos em conjunto.» -----

----- Intervenção do Sr. João Correia do Grupo Municipal do Partido Socialista: «Senhor presidente da União de Freguesias de Alvarenga, Nogueira, Pias e Silves, é melhor retratar-se, porque acho que o senhor Prof. Vilar não deu entrevista nenhuma. Mas, tenho quase a certeza que não foi. É pena não estar cá para lhe perguntarmos, mas pense bem nisso, sob pena de estarmos aqui a dizer inverdades. Relativamente, à questão da Reorganização Administrativa, só quero dizer uma coisa, porque isto é um não tema, que neste momento apenas ainda existe em conversas. Se há pessoa que tem que meter a mão na consciência e pensar sobre isto, é uma só pessoa que neste momento tem o rei na barriga e está a bem da vida, chama-se Miguel Relvas, essa é a única pessoa, já estava antes, agora só ficou melhor. Aliás em Lousada é prova de que ele já estava antes a bom rigor, perceba-se. Portanto, Miguel Relvas é o grande causador disto e na altura aquilo que a Assembleia de Lousada, tomou como posição maioritária dos membros que foram maioritariamente escolha dos cidadãos de Lousada e segunda-feira faz um ano novamente renovamos e no final vamos cantar os parabéns. Aquilo que foi uma escolha muito simples e que a meu ver está correto e continua estar correta. Foi uma tomada de uma posição forte, firme de uma população que não se revia e a meu entender continua a não se rever naquilo que era uma Reorganização a régua e esquadro, mais que era uma imposição, pior, que era uma lei que tinha claramente uma régua e um esquadro que era laranja e é preciso dizê-lo, afirmá-lo eram cor de laranja. E, portanto aquilo que vai acontecer certamente é que a tradicional abertura do PS irá fazer com que haja uma lei que permita com ponderação, com tempo, com discernimento, nós possamos eventualmente decidir ter um outro caminho ou uma outra



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

escolha eventualmente fazermos nós próprios fazer essa reorganização administrativa. Agora também vos digo uma coisa e não estou cá com meias medidas, se a lei do PS for uma porcaria, é uma porcaria e ponto final, porque nós contrariamente a vossas excelências há uma coisa que a nós não nos pode acusar, quando o Partido Socialista está no governo seja com os seus congéneres de esquerda ou não, há uma coisa que nós nunca fizemos, é dar razão ao Partido Socialista quando achamos que eles não a tem e relembro o caso da SCUT, batemo-nos até ao último momento e esta Assembleia emitiu recomendações, emitiu documentos no sentido de demonstrar essa nossa posição ser contra fim da SCUT. E, portanto é um tema para nós pacífico como é óbvio iremos aceitar esse repto, discutir a Reorganização das freguesias quando isso for um tema que esteja em cima da mesa. Agora, nós não estamos vinculados, nem estamos cercados, nem somos reféns de coisa alguma. Aquilo que em 2012, nós fizemos foi dizer Lousada, os lousadenses e nós seus representantes não estamos reféns de uma lei para nos dizer o tempo e a imposição que tem de acontecer no nosso concelho, porque o que a Maria do Céu aqui disse é verdade. Cheguem aí à rua e perguntem a alguém: “*Oh! Zé Manel de onde é que tu és?*” Ele não diz sou da União de Freguesia de Alvarenga, não. Diz sou de Alvarenga, sou de Pias, sou de Cernadelo, sou de São Miguel, o código postal é 4620. As pessoas, elas próprias ainda não criaram essa identidade, as pessoas não passam essa identidade para os filhos. As freguesias mantêm completamente a sua identidade tantos anos volvidos e isso é que nos devem levar a pensar. Não é se fazer uma nova Reorganização. É se após tantos anos volvidos nós não devemos voltar a ter aquilo que tínhamos e bem, porque antes os presidentes de Junta de freguesia moravam na freguesia, estavam na freguesia, abriam a porta na freguesia e hoje isso foi aproveitado para muitas coisas e toda a gente sabe do que estou a falar, não é preciso estar aqui a falar. E, portanto esse acompanhamento próximo, essa proximidade não nos devia repensar como é que vamos reestruturar a reunião e as Uniões de Freguesias, não. Se calhar nós devíamos voltar aquilo que tínhamos. Alguém dúvida. Vão lá acima a Santo Estevão, ouçam as pessoas a falar, abordam no fim da missa, elas não se identificam com Uniões de Freguesias e como elas muito dos nossos concidadãos. Portanto, na minha opinião pessoal, aquilo que deveria ser feito era cortem com o que Miguel Relvas fez e ponham como estava. Há sede de Juntas em todas as freguesias, há pessoas com valor em todas as freguesias para assumirem as autarquias, essas autarquias locais. Há freguesias a sofrer, porque no meio das Uniões de Freguesia em que foram inseridas, são as pequeninas, são as coitadinhas e aquilo que lá se fazem são as obras da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

santinha, percebem. E, isto é preciso ter atenção porque essas freguesinhas foram envolvidas em freguesias gigantes, estão se pouco marimbando se a outra freguesia tem uma igreja XPTO ou quer que seja, quando elas não são beneficiadas e se calhar aquilo que nós temos que repensar é: devíamos voltar aquilo que era o nosso mapa, aquilo quer era as nossas freguesias, sim ou não? Fica a questão.» -----

----- Esclarecimento do Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal: «Antes de passar a palavra ao senhor Presidente da Câmara, ia dar um minuto ao senhor Vereador Simão Ribeiro.» -----

----- Resposta do Sr. Vereador Simão Ribeiro: «Eu vou usar da palavra única e exclusivamente pelo facto de ter sido interpelado diretamente e ainda por cima com o tema cuja sensibilidade merece da nossa parte algum cuidado. E, refiro-me à questão da G.N.R e da situação que foi aqui relatada. Não fazendo de forma alguma qualquer tipo de juízo de valor ou de premência política ou de atualidade que o tema aqui nos merece em todo o caso e com respeito pelas intervenções dos senhores deputados, eu julgo que este tema nos deve merecer alguma reserva e algum cuidado na abordagem. Em primeiro lugar falamos de questões de segurança da Administração Interna e julgo que sendo nós responsáveis políticos, embora tenha a certeza que nenhum dos companheiros e dos colegas que estão nesta Assembleia pretende causar qualquer tipo de alarmismo social, mas é sempre um tema bastante delicado e que nos exige alguma ponderação na abordagem. Esta era a primeira coisa que eu gostava de dizer. A segunda é dizer que obviamente dadas as funções e responsabilidades que tenho neste momento estou como sempre estive à disposição do Município, da Câmara Municipal de Lousada e daquilo que é atividade dos agentes de segurança e neste caso da Guarda Nacional Republicana. Apenas e só para terminar senhor Presidente uma última coisa e isto é uma opinião pessoal, eu não acho que este deva ser um tema que deva ficar apenas e só pela diligência ao nível do Comando Distrital. E, portanto disponibilizo-me para levar o tema à Assembleia da República, em sede própria de forma articulada e não politizada ou partidarizado, porque acho que é isto que as populações esperam de nós. E, portanto senhor Presidente muito obrigado pela anuência.» -----

----- Intervenção do Sr. Jorge Magalhães do Grupo Municipal do Partido Socialista: “Queria deixar aqui uma consideração sobre este tema que até agora estiveram a debater, nomeadamente esta questão das Freguesias.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Independentemente das considerações que tiveram, vou-me repetir, porque merece essa reflexão que quando este tema for objeto de discussão e de ponderação por todos os lousadenses, não só aqui pelos membros desta Assembleia e do Executivo, mas também das Freguesias, das Assembleias de Freguesia, das Associações, deixava-lhes aqui uma perspetiva de reflexão, porque tive o cuidado e interessou-me o tema. Antes de ter falecido, cerca de meio ano, acho eu no Expresso uma excelente entrevista que um senhor deste país, um catedrático de direito e que efetivamente foi governante que deixou sobre este tema. Eu gostava que pudessem ler. Ouvi aqui coisas interessantíssimas, mas gostava que lessem, porque é uma pessoa com muita experiência, avisada, não faleceu há muitos anos e que tem a ver e dava pelo nome, infelizmente posso dizê-lo porque o conheci, pessoalmente, o Prof. Barbosa de Melo. Leiam essa entrevista sobre esta matéria, leiam. Gostava que lessem que é que uma pessoa tão avisada, com tanta experiência disse sobre esta matéria, porque servirá provavelmente para todos refletirmos sobre a forma como é que as coisas foram feitas e a ponderação que devia ter sido feita e não foi. Acho que era importante que o fizessem. Ela está publicada, está no Expresso, se forem à loja do Expresso a última entrevista do Prof. Barbosa de Melo sobre esta matéria.»

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Relativamente, ao tema de segurança, não vou dizer mais nada do que disse, mas concordo com o senhor vereador Simão Ribeiro. Este assunto não pode ser tratado apenas no comando distrital, porque a única coisa que o Sr. Comandante Distrital pode fazer é gerir o contingente. Há agora um curso de guardas que vai ter x militares e pode distribuí-los dentro do distrito, mas porventura isso não será suficiente para resolver o problema, tem que ser tratado em sede própria. E, como disse no início fá-lo-ei com certeza. Relativamente, à intervenção do Dr. Filipe Barbosa, eu poderia aqui acrescentar que estive ontem e hoje na Escola Secundária naquela cerimónia anual de entrega de diplomas de excelência e de valor e, congratula-me o facto de os indicadores de sucesso serem muito relevantes em todos os ciclos. No que respeita ao décimo segundo ano, só para terem uma ideia, cerca de metade dos alunos concorreram ao ensino superior e desses que concorreram noventa e tal por cento conseguiram entrar no ensino público. A escola ainda não tem dados fidedignos sobre o ensino privado, mas é de facto uma marca muito relevante que interessa assinalar e que nos dá aqui uma perspetiva que de facto as escolas estão a conseguir o almejado sucesso. Sendo certo que estes dados têm que ser mais trabalhados. Tem que haver uma análise mais cuidada, a seu tempo poderemos ter esse detalhe.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

Relativamente, à iluminação pública julgo que não poderíamos contratar empréstimo para isso, mas de qualquer modo o empréstimo também não pode ser solução para tudo. Portanto, ainda vamos ter necessidade de recorrer a outros empréstimos, mas são valores que com algum esforço se conseguem acomodar, e vai ser resolvido o problema. Mas também não se pinte aqui um quadro muito negro de que a grande parte da população está às escuras, não, são poucos mas têm os mesmos direitos. Só para terem uma ideia, uma média de três situações por freguesia são setenta e cinco casos e com um valor médio de investimento de dois mil euros temos uma despesa de 150 mil euros. São contas pequenas, mas todas somadas têm uma grande expressão. Mas esse tema, como disse, vai ser resolvido. Relativamente, à rede de águas, tocou aqui num ponto pertinente. É uma preocupação minha apostar na eficiência das redes. Por exemplo, o abastecimento de água a parte da freguesia de Meinedo tem sofrido algumas interrupções, em virtude de rebentamentos da conduta em Boim, na Rua José Ribeiro da Silva. Estamos já a preparar um processo de obra para substituir a conduta e resolver esse problema. Mas isso não tem que ver com má execução de obra, mas antes com a idade das infraestruturas. Todas as condutas têm um prazo máximo de vida e por circunstâncias diversas chegam a um limite. Aliás, estamos neste momento a preparar a apresentação de uma candidatura que vai abrir a curto prazo de renovação de redes. Falou também noutro assunto que considero pertinente e que tem que ver com o tempo, por vezes excessivo, em que se demora a reparar as estradas na sequência da colocação de infraestruturas. É um problema que reconheço existir e que tem que ser melhorado. Relativamente à taxa de cobertura de água, temos o concelho praticamente todo coberto, sendo que o que falta são apenas pequenas extensões que temos vindo a executar à medida que temos pedidos de clientes. Relativamente ao saneamento, com estas empreitadas que estão em curso vamos ficar muito perto das metas europeias nesta matéria. Em 2017, o ponto de situação era o seguinte: 13.485 clientes ligados à rede de abastecimento de água e 11.337 ligados à rede de saneamento. Quanto à linha férrea, a linha do vale do Sousa é uma pretensão dos autarcas do Vale do Sousa, Felgueiras, Lousada, Paços de Ferreira e Paredes e ainda Valongo. Seria muito interessante se conseguíssemos sinalizar essa obra no PNI (Plano Nacional de Infraestruturas). Sabemos bem que há muitas necessidades de investimento nas linhas existentes e no material circulante, mas queremos posicionar-nos para que o nosso projeto seja tido em conta quando houver condições para discutir a expansão da rede. A vitalidade demográfica e económica da região dão-nos fortes argumentos para defender este projeto que será objeto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

de um estudo para a sua devida fundamentação. Relativamente aos transportes públicos, o estudo está a ser elaborado a pedido da CIM, sendo nosso propósito que haja uma efetiva melhoria na qualidade deste serviço público no nosso concelho. De qualquer modo, é fácil adivinhar qual será o maior obstáculo a essa melhoria, ou seja, será certamente a questão económica, uma vez que estamos a falar de uma área cuja exploração é normalmente deficitária. Na verdade, só será exequível prever determinadas carreiras se houver apoio para subsidiar os respetivos custos de exploração, sob pena de o concurso vir a ficar deserto relativamente a essas carreiras. Espera-se que o Estado venha a alocar recursos financeiros a esta área, sob pena desta descentralização de competências não surtir os efeitos desejados. Relativamente ao FAM, a nossa posição é a mesma de sempre. Somos contra e julgo que somos o único Município que intentou uma ação em tribunal. Até que haja decisão judicial, julgo que não tem sentido estar sempre a falar do assunto. Quanto à Reorganização Administrativa, não vale a pena tentarem rescrever a história. A coligação PSD/CDS também nunca apresentou qualquer proposta concreta. Admito que quisessem apresentá-la, mas usando as palavras do Dr. António José, “preferiram ficar amarelos para sempre do que vermelhos por um dia”. Já o PS recusou-se a equacionar essa possibilidade, por discordar em absoluto com todo o processo. Agora, é evidente que ninguém acredita que uma possível alteração deste processo possa vir a passar por desfazer tudo o que foi feito. O que se prevê é que sejam definidos critérios objetivos e em função dos mesmos se possam fazer alterações. Acho que neste momento a discussão sobre este assunto é despropositada. Isso, sim, seria andar a brincar com as pessoas. Só depois de a nova lei vir a ser aprovada é que terá sentido encetarmos a discussão deste assunto. Quanto à descentralização, o processo tem sido acompanhado pela Associação Nacional dos Municípios Portugueses que está, no fundo, a dar sequência a uma deliberação unânime tomada em Congresso daquela associação e que foi totalmente favorável à descentralização. A maior reserva que tenho nesta matéria tem que ver com os respetivos envelopes financeiros. Quando foi publicada a Lei-quadro, também eu ponderei trazer o assunto a esta Assembleia para rejeitar a entrada em vigor já em 2019, uma vez que ainda não estava munido de toda a informação necessária para tomar a decisão em consciência, nomeadamente no que respeita às transferências financeiras. Contudo, as Câmaras receberam entretanto ofícios da DGAL, ANMP e do próprio Ministro da respetiva pasta a informar que, à medida que os diplomas sectoriais fossem publicados, iria ser dado um prazo para que os Municípios decidissem se a entrada em vigor operaria já em 2019,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

ou eventualmente em 2020 ou 2021. Vamos pois aguardar para depois analisarmos com detalhe e decidir. A minha maior preocupação é o aumento da dependência das transferências do Estado. Veja-se o que aconteceu recentemente com a crise.-----

----- SEGUNDO PONTO: Regime excecional de pagamento de dívidas ao Município de Lousada – Prolongamento. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número um do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação do prolongamento de Regime Excecional de Regularização de Dívidas ao Município de Lousada, aprovado por deliberação da Câmara Municipal de 18 de dezembro de 2017 e na sessão da Assembleia Municipal de 18 dezembro de 2017, por mais um ano, passando este a vigorar até ao dia 30 de junho de 2019, para cumprimento da alínea c), do n.º 1 do art.º 25º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, bem como a ratificação do ato nos termos n.º 1 do art.º 164.º do Código do Procedimento Administrativo.” -----

----- A proposta número um foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- TERCEIRO PONTO: Autorização para Assunção de Compromissos Plurianuais – "Contrato de Prestação de Serviços de Recolha de Resíduos Urbanos; -----

----- Intervenção do Sr. Filipe Barbosa do Grupo Municipal PPD-PSD: «Excelentíssimo senhor Presidente da Assembleia e restantes membros, Excelentíssimo senhor Presidente da Câmara, excelentíssimas Vereadoras e Vereadores, Caros membros desta Assembleia. Este é um ponto bastante sensível. A recolha de resíduos é um assunto sensível não só porque envolve custos muito elevados, como podemos confirmar pela proposta que nos é apresentada, mas também porque é algo que toca no quotidiano das populações. Ora, na negociação de um novo contrato temos de considerar isto e, mais que isso, temos que acautelar uma série de aspetos relevantes: como a periodicidade da recolha, a periodicidade da lavagem dos contentores, como a colocação de novos contentores ou dispositivos de recolha seletiva. Além disso, não é menos relevante o horário em que a própria recolha se realiza. Estas questões não são sequer novidade porque,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

em muitos locais, não é segredo que existem várias reclamações das populações e que algumas delas são legítimas porque correspondem a evidências. É, pois, importante perceber se estas e outras questões estão a ser consideradas e acauteladas nesta nova negociação. Gostávamos também de saber qual a razão do “divórcio” do município de Paços de Ferreira neste novo contrato. Esta não é uma questão de menor importância até porque este município desde há muitos anos está ligada quer a Lousada quer a Felgueiras nesta questão. Além disso, a questão do Aterro Sanitário de Lustosa não pode aqui deixar de ser trazida à colação porque Paços de Ferreira é, segundo aquilo que está contratualizado, o próximo município a receber o aterro substituo de Lustosa. Há aqui nesta decisão alguma vantagem?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Efetivamente, a recolha de RSU'S é uma matéria sensível que interfere com o dia-a-dia das pessoas. Por isso, vamos procurar melhorar o novo contrato, adequando-o melhor às necessidades que foram evidenciadas na execução do atual contrato, quer seja em termos de periodicidade da recolha, periodicidade da lavagem dos contentores e mesmo novos contentores. Relativamente à recolha seletiva, está previsto que a mesma seja assumida pela Ambisousa, pelo que esta componente ficará de fora do novo contrato de recolha de RSU'S. Quanto à questão de Paços de Ferreira ficar de fora deste novo contrato, é uma opção de gestão que diz respeito apenas a esse Município, não me competindo a mim tecer considerações sobre essa opção. De qualquer modo, essa opção terá apenas efeitos na recolha e não no destino final, pelo que aquela opção do Município de Paços de Ferreira não tem quaisquer efeitos no assunto do aterro.-----

----- QUARTO PONTO: Adesão do Município de Lousada à Associação Europeia sem fins lucrativos "SOLIDA" - Rede de Cidades Solidárias. -----

----- Intervenção do Sr. Ricardo Bessa Marques do Grupo Municipal PPD-PSD: «Esta minha intervenção nada se prende com o facto de não votarmos a favor desta adesão. Até porque qualquer projeto ou iniciativa de cariz solidário merece sempre da nossa parte todo o apoio e participação, sendo este um tema que nos é muito querido e de importância elevada. Ao ler esta proposta surgem algumas perguntas que acho importantes serem colocadas e ver esclarecidas nesta assembleia. Quais as mais-valias e impacto desta adesão para o Município? Somos caso único a nível Nacional, ou existem mais municípios ou instituições? Qual o valor ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

percentagem do orçamento camarário que vai/tem de ser alocado para a realização das atividades que se enquadram no âmbito de atuação da SOLIDA?» -----

----- Resposta do Sr. Presidente da Câmara: «Temos sido bem-sucedidos em candidaturas a projetos Europeus que têm financiado muitas ações imateriais. Esta associação reúne um conjunto de parceiros muito bem cotados e que facilitará o acesso a outros instrumentos de financiamento. O envolvimento não tem um encargo pré-estabelecido. Esta associação tem gabinete em Bruxelas e portanto, a quota nem sequer existe. Este envolvimento financeiro depende depois dos projetos a que nós aderirmos. Não há aqui propriamente um encargo já assumido pelo Município, depende do plano de atividades e dos projetos a que viermos a aderir. Mas não sei se o senhor vereador quer acrescentar mais alguma coisa, mas basicamente é isto.» -----

----- Senhor Presidente da Câmara deu a palavra ao senhor vereador Manuel António Nunes, relativamente a este ponto. -----

----- Intervenção do Sr. Vereador Manuel António Nunes: «No caso da associação em particular, resulta de um consórcio que foi criado num projeto focado no eixo europa dos cidadãos. E, portanto, a criação da associação e depois a adesão por parte do Município, nasce desse projeto que teve a duração de dois anos, está agora a terminar. Perguntou e bem se havia mais algum parceiro português. Não há mais nenhum, Lousada é o único que faz parte neste momento. O que não quer dizer que no fundo não venha haver. Será, obviamente bem-vindo, mas neste caso, somos só nós.» -----

----- De seguida foi posta à votação a proposta número três do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a aprovação da adesão do Município de Lousada à “ Associação Europeia sem fins lucrativos “SOLIDA” – Rede de Cidades Solidárias”, bem como a aceitação dos respetivos estatutos, em conformidade com a alínea k) do n.º 2 do art.º 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, em articulação com o disposto do art.º 59.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto.” -----

----- A proposta número três foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- QUINTO PONTO: Designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de 2º Grau para a Divisão de Ação Social, Juventude, Atividades Económicas e Turismo. -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número quatro do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada a designação do júri do procedimento concursal para recrutamento de um dirigente intermédio de segundo grau para o cargo de dirigente da Divisão de Ação Social, Juventude, Atividades Económicas e Turismo, seja composto pelos seguintes membros: Presidente: Dra. Fernanda Mendes, Chefe da Divisão de Educação da Câmara Municipal de Paços de Ferreira, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 1º Vogal efetivo: Dra. Ana Carla Fonseca Silva, Chefe da Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 2º Vogal efetivo: Eng.º José Carlos de Sousa Nogueira, Diretor do Departamento de Obras Municipais e Ambiente do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal; 1º Vogal suplente: Dra. Vânia Gabriela Esteves da Silva, Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos do Município de Lousada, a quem se reconhece o mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal e 2º Vogal suplente: Dra. Cristina Maria Pires de Oliveira, Chefe da Divisão de Gestão Financeira, a quem se reconhece mérito profissional, credibilidade e integridade pessoal, que substituirão os membros efetivos nas suas faltas e impedimentos, para cumprimento do art.º 13º da Lei nº 49/2012 de 29 de agosto, na sua atual redação, que procede à adaptação à administração local da Lei n.º 2/2004 de 15 de janeiro, que aprova o estatuto do pessoal dirigente dos serviços e organismos da administração central, regional e local do Estado.” -----

----- A proposta número quatro foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- SEXTO PONTO: Acordo de execução a celebrar entre a Câmara Municipal de Lousada e a Freguesia de Aveleda para o alargamento da Rua de Santo Ovídio (Aveleda), bem como a repartição de encargos por dois anos económicos 2018 e 2019 -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número cinco do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovar a minuta do protocolo relativo à delegação de competências respeitante ao alargamento da Rua de Santo Ovídio – Freguesia de Aveleda, bem como a repartição de encargos por dois anos económicos: 2018 – 10.000,00€(dez mil euros) e 2019 – 20.000,00€ (vinte mil euros), nos termos da alínea k) do n.º 1 do artigo 25º, da Lei n.º. 75/2013 de 12/09” -----

----- A proposta número cinco foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- SÉTIMO PONTO: Atribuição de subsídio à União de Freguesias de Cernadelo, São Miguel e Santa Margarida - “Construção da Capela Mortuária de Santa Margarida -----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se passou à votação da proposta número seis do seguinte teor: “A Câmara Municipal de Lousada propõe à Assembleia Municipal de Lousada, a aprovação da atribuição de um subsídio à União de Freguesias de Cernadelo, S. Miguel e Sta. Margarida, no valor de 56.000,00€, destinado à Construção da Casa Mortuária de Santa Margarida, nos termos da alínea j) do n.º. 1 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013, de 12/09” -

----- A proposta número seis foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- OITAVO PONTO: Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 1.º Semestre 2018 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. Sociedade Unipessoal, Lda.-----

----- Não houve intervenção por parte dos membros desta Assembleia Municipal, pelo que se considera que a Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Execução Orçamental e Financeira do 1.º Semestre 2018 - Lousada Século XXI - Atividades Desportivas e Recreativas - E.M. Sociedade Unipessoal, Lda., nos termos da lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.-----

----- NÃO HOUVE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LOUSADA

----- Faltou à sessão o seguinte membro: -----

----- Armando da Costa Silva presidente da Junta de Freguesia de Lustosa e Barrosas (Santo Estevão) -----

----- Passou-se de seguida à discussão e votação da ata minutada que fica apensa a esta ata e que foi aprovada por unanimidade de trinta e cinco votos. -----

----- Eram vinte e quatro horas e catorze minutos quando foi dada por encerrada a sessão.-----

A MESA

